

PREFÁCIO

O propósito da RISCOS organizar uma série de livros sobre “riscos e catástrofes” surgiu da necessidade que sentimos de colocar à disposição dos interessados na temática dos riscos e das suas plenas manifestações, as catástrofes (sejam eles professores, investigadores, estudantes, agentes de proteção civil ou cidadãos), algumas obras de qualidade, escritas em português, que deem a conhecer o que pensam e investigam alguns dos principais expoentes lusófonos das ciências cindínicas e da educação para a redução do risco, procurando criar um *forum* de discussão, que ajude a consolidar a terminologia científica que, em português, contribua para a construção desse edifício cindínico em que todos nos possamos rever.

A RISCOS, enquanto Associação de cidadãos, tem um importante papel a desempenhar na Proteção Civil, uma vez que, de acordo com o n.º 1 do Artigo 1.º da respetiva Lei de Bases, *a proteção civil é uma atividade a ser desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, como é o caso da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.*

Nesta conformidade, a RISCOS desenvolve diversas atividades com a finalidade de colaborar tanto na prevenção de riscos coletivos, como na atenuação dos efeitos das suas manifestações. De entre essas atividades, uma das que reputamos de mais importantes diz respeito à criação de uma série de livros científicos e técnicos sobre “Riscos e Catástrofes”, cujo primeiro volume, que se previu para abrir esta série, corresponde àquele que só agora se dá à estampa.

Todavia, por circunstâncias várias, desde atrasos na entrega de textos por parte de alguns autores a acontecimentos diversos que, entretanto, se sucederam e justificaram a publicação das obras já editadas, levaram a que a série se tivesse iniciado com a publicação de outras obras, pois já conta com cinco volumes editados, deixando também para mais tarde a publicação dos outros três tomos que, de igual modo, a deveriam ter iniciado, respetivamente sobre catástrofes naturais, catástrofes antrópicas e catástrofes mistas.

Estas três obras deveriam ser organizadas dentro da lógica de subdivisões apresentadas no capítulo 1.3., que trata da classificação dos riscos, mas, como o ritmo de chegada dos textos foi muito diferente do inicialmente previsto, isso obrigou à reformulação desse plano, sobretudo para não atrasar mais a publicação dos capítulos dos autores que cumpriram com os prazos estabelecidos, razão pela qual a edição destes quatro volumes ficou comprometida no modelo previamente definido e foi necessário proceder a alguns ajustes, de modo a dar à estampa os capítulos que foram produzidos.

Em função desse atraso, a edição destes tomos acabou por vir a coincidir com a de outros volumes cuja publicação estava prevista para mais tarde, mas que, entretanto, ficaram concluídos, pelo que as respetivas edições irão processar-se alternadamente.

Por outro lado, a disseminação de conhecimentos técnicos e científicos que procuraremos fazer nesta série de livros, deverá ser seguida do necessário debate dos conceitos mais controversos, dando passos importantes para o amadurecimento do significado dos diferentes vocábulos, com o objetivo de implementar uma terminologia que possa vir a ser o mais consensual possível, de modo a permitir melhorar não só a qualidade do ensino e da prática pedagógica nas escolas, mas também a formação e operacionalidade dos agentes de proteção civil.

Com vista à concretização deste propósito foram dados alguns passos significativos, tanto pelo Ministério da Administração Interna, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil, em coedição com a Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e o Instituto Geográfico Português, bem como pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da Direção-Geral dos Recursos Florestais, atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, e, mais recentemente, pelo Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral de Educação e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que contaram com a colaboração Autoridade Nacional de Proteção Civil, tendo instituído instrumentos orientadores muito importantes para a concretização desses objetivos, designada e respetivamente através de: (i) Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (sig) de base municipal, Lisboa, 2006; (ii) Guia técnico para elaboração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios;

(iii) 2015 - Referencial de Educação para o Risco - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, Lisboa, 2007.

Todavia, do nosso ponto de vista e como tivemos ensejo de manifestar após as respetivas publicações, estes instrumentos foram infelizes no posicionamento do conceito perigosidade, uma vez que alteraram a sua posição na sequência hierárquica da teoria do risco, adulterando o seu significado usual em português e introduzindo, por isso, alguma entropia na lógica em que deve assentar a teoria do risco e que, na nossa óptica, enquanto não for corrigida, por muito que isso possa custar aos organismos que procederam à sua difusão, continuará a enfermar e a distorcer a realidade e, por conseguinte, a compreensão daquilo a que se convencionou chamar “teoria do risco”.

A publicação do Referencial de Educação para o Risco, teria permitido resolver interna e serenamente esta situação, mas percebemos que as entidades supramencionadas não tiveram a humildade científica necessária para discutir o correto posicionamento desse conceito, porventura em resultado do incómodo que tal decisão acarretaria, pelo que se perdeu essa excelente oportunidade e, por conseguinte, não nos resta outra alternativa que não seja a de tentarmos divulgar uma outra opinião, um entendimento diferente do significado desse conceito, deixando ao leitor a decisão de optar pela perspectiva que considerar mais correta.

Neste contexto, a série está aberta à pluralidade das opiniões expressas pelos autores que nela queiram colaborar, sem fundamentalismos nem radicalismos, mas defendendo naturalmente os seus pontos de vista, com o objetivo de prosseguir um caminho sustentado numa lógica racional, que aponte para um modelo objetivo, que siga uma linha de rumo coerente, clara, bem definida e, em simultâneo, suficientemente abrangente, de modo a que todas as diferentes ciências que contribuem para a cindínica nele se possam rever, estando naturalmente aberto a todos os contributos que possam ajudar a melhorá-lo e a enriquecê-lo.

Ao longo dos anos em que temos vindo a desenvolver investigação científica, percebemos que a educação é a forma mais adequada para resolver os problemas com que qualquer país se possa debater e que o conhecimento técnico-científico, materializado em diversos saberes, é fundamental para uma educação devidamente sustentada, pelo que a proposição de esta nova série também pretende dar um

contributo para o saber cindínico e, através dele, para uma melhor educação e uma maior resiliência da população às manifestações de risco e, por conseguinte, contribuir também para a redução do risco.

Coimbra, 10 de junho de 2018

Luciano Lourenço